

TEXTO 4

O trabalho com histórias de vida/ Famílias/ Famílias Acolhedoras



1. O trabalho com histórias de vida

Os bebês acolhidos em instituições já têm suas histórias de vidas atravessadas por uma separação e precisam da ajuda de um adulto para compreenderem o que aconteceu, porque não estão com suas mães e/ou família e porque estão em um serviço de acolhimento. Assim, falar com eles se torna fundamental. **Os bebês têm direito e precisam saber de sua história.**

Na maioria dos casos, as **histórias são difíceis** e os adultos não sabem como dizer ao bebê ou à criança o motivo de seu acolhimento, preferindo o silêncio ou dizer-lhe que sua mãe chegará em breve, como forma de acalmá-lo. Sabemos, no entanto, que **o silêncio e a mentira geram grande angústia ao bebê**. O silêncio, pelo fato de que ele está vivendo uma situação muito difícil e não encontra um adulto que possa lhe explicar o que está acontecendo; a mentira, porque pode gerar uma expectativa que, quando frustrada, causa um sofrimento maior para aquela criança que pode se sentir, de novo, abandonada pela mãe “que não veio”.

O grande desafio, então, é descobrir como colocar em palavras para o bebê a sua história, o que deve ser uma construção coletiva, de toda a equipe do serviço de acolhimento. As discussões de caso são fundamentais nesse sentido ao oferecer um **espaço de reflexão** no qual os profissionais podem falar de suas próprias dificuldades sobre um determinado caso e encontrar, conjuntamente, uma forma de contar para o bebê por que ele está ali, quem é sua mãe, sua família, o que o impossibilitou de estar junto a ela e, nos casos de destituição, que estão tentando encontrar uma nova família que poderá cuidar dele. O relato da história para o bebê deve ser muito cuidadoso e os profissionais precisam estar atentos para falar-lhe de maneira que ele possa entender o que está se passando em sua vida. Portanto, a escolha das palavras e do que será dito é fundamental para que não gere mais sofrimento.

Falar com os bebês e crianças pequenas e esclarecer as coisas, tanto na chegada quanto durante o acolhimento e na saída é função essencial dos educadores. O exemplo a seguir ilustra essa importância:

Sobre falar a respeito da história de vida

Chico era um garotinho sapeca que encantava a todos no serviço de acolhimento. Estava acolhido há dois anos quando passou a receber visitas de uma família substituta. O processo de adoção, no entanto, não teve sucesso, deixando toda a equipe da casa muito triste e frustrada. A dor da equipe era tanta que ninguém conseguia conversar com Chico sobre o que tinha acontecido e ele não parava de perguntar sobre sua “mãe”. Não entendendo o que se passava, começou a chorar por qualquer coisa e nada o acalmava. Um educador muito sensível, e que vinha fazendo o álbum da história¹ de Chico, se propôs a escrever uma carta para ele contando o que tinha acontecido. Nas discussões da equipe sobre o caso e no processo de escrita dessa carta, o educador foi se preparando e encontrando apoio no grupo de profissionais do serviço para ter a difícil e importante conversa com o menino. A carta foi para o álbum e ficou dentro de um envelope. Numa oportunidade em que Chico via seu álbum com o educador, este pôde ler a carta e conversar com o garoto sobre o que havia acontecido, ajudando-o a entender e elaborar este pedacinho de sua história. Com o tempo e a possibilidade de falar sobre isso, ele foi ficando mais tranquilo.

O sentido de se falar sobre a história para o bebê deve estar claro para o educador e para toda a equipe.

Deve-se respeitar o tempo de cada um na elaboração de sua história. Não se deve “empurrar a história goela abaixo” nem, por outro lado, silenciar ou omitir uma história, mas estar atento às manifestações da criança, discutir o caso e pensar condutas em equipe.

Tudo que for conversado deve ser feito levando-se em conta a idade e a compreensão da criança.

Não há receita para saber como e quando é a hora de falar sobre o assunto. A observação da criança e a possibilidade de entender suas manifestações, sempre contextualizadas em sua história, é o que dará elementos à equipe para pensar sentidos e formas para se falar sobre o que é importante.

1.1. A história pessoal e familiar



“Esta será sua história particular. E por mais difícil que ela seja, é preciso que haja uma.”

Inês Catão¹

A história de um bebê começa a ser escrita muito antes de seu nascimento. Ela é constituída pela história de sua família, de seus pais e antepassados, e construída a partir dos sonhos e desejos que são endereçados a ele, por aqueles que o cuidam. Questões como se a gravidez foi desejada ou não, como foi o pré-natal, como foi vivida a gestação, como era a situação da família, marcam um lugar para este bebê e **constroem sua história** de forma única.

É diferente ser o primogênito, o caçula, o filho do meio ou o quinto de uma família de oito irmãos. Também faz diferença nascer quando os pais passam por dificuldades financeiras, conflitos no relacionamento, se estão juntos ou separados, se estão apaixonados, bem ou mal de saúde.

As expectativas criadas sobre como e quem será este bebê constroem um lugar só dele na família e no mundo. Geralmente, aqueles que cuidam do bebê sempre lhe contam sua própria história repetidas vezes, o que faz com que a criança se reconheça nestas mesmas histórias com o passar do tempo.

No serviço de acolhimento não é diferente. Educadores e crianças criam diversas **expectativas em relação a um novo bebê**, que sempre mobiliza todos na casa, trazendo à tona sentimentos diversos. Dúvidas também são frequentes, pois muitas vezes os dados sobre sua história demoram a chegar, estão incompletos ou confusos. Além disso, os educadores se deparam com alguém que não conhecem e precisarão de um tempinho para se aproximar e observar esse bebê, que aos poucos contará de si através de suas expressões e comportamentos.

¹ Inês Catão é formada em Medicina pela UFRJ com mestrado em Psicopatologia e Psicologia Clínica pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada e doutorado em Psicologia Clínica pela Universidade de Coimbra (2005). Atualmente é professora colaboradora da Área da Criança e do Adolescente da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília.



Mas existe ainda a **história anterior** à chegada ao serviço de acolhimento, que se configura como um grande desafio para a equipe: como conhecer e nomear uma **história que pouco se sabe?** Ou ainda, como falar de uma **história que é muito difícil de ser encarada?**

Muitos preferem não saber da história, pois acreditam que esse conhecimento influencia negativamente nos cuidados com o bebê. No entanto, aí reside um perigo, pois o bebê, diferente da criança e do adolescente, não pergunta sobre sua história, não questiona diretamente, grita ou sai quebrando o que vê pela frente para entender o que vive. Isso não significa que ele não precise saber de sua história e que possamos omiti-la ou negá-la. Pelo contrário, o bebê tem outras formas de apresentar sofrimento por não saber de sua história, formas muito mais sutis e difíceis de serem reconhecidas.

Mesmo que tenha apenas alguns dias de vida, o bebê que chega ao serviço de acolhimento já é portador de uma história: quem são seus pais, qual a história deles, onde nasceu, o tipo de parto, quanto tempo ficou na maternidade, se tem irmãos, avós, tios, se veio de outra instituição, etc. Todos esses fatos fazem parte de sua trajetória, **não se apagam** e não podem ser ignorados. Mesmo que a história seja difícil, ela já foi vivida pelo bebê, o que torna importante que os adultos que dele se ocupam tenham **disponibilidade para falar** sobre isso e acompanhá-lo na sua compreensão e elaboração.

Trabalhar com as histórias de vida nos serviços de acolhimento é uma forma de oferecer um olhar individualizado para cada bebê, criança e adolescente dentro do ambiente coletivo. Todas as informações fornecidas pela família, hospital, técnicos da Vara de Infância e Juventude, Conselho Tutelar, serviço de acolhimento anterior ou professores de creches são importantes e necessárias. Conhecer essas valiosas informações favorece um bom acolhimento, pois permite aos profissionais uma melhor compreensão das manifestações e comportamentos de cada bebê.

Falar com o bebê e nomear fatos importantes sobre sua história revela uma clareza por parte do educador sobre a **importância de sua função** junto a ele: a de lhe oferecer uma versão sobre o porquê de sua separação em relação à família e de lhe garantir um lugar singular de cuidado e proteção. A ideia é facilitar à criança, mais adiante, **construir uma versão própria a respeito de sua vida e ser autora de sua história.**

Nesse sentido, é essencial projetar o bebê como um adulto que um dia se perguntará de onde veio e para onde vai. E para ajudá-lo a se entender é necessário o **conhecimento de sua história passada**, que não estará registrada em sua memória consciente, mas evidenciada em seu modo de ser e agir no mundo. Sendo assim, é necessário garantir ao bebê que mora por um período em um serviço de acolhimento a presença de um adulto que possa registrar os acontecimentos importantes de sua vida, contando de forma afetuosa sua história e também seus gostos e preferências, as pessoas com as quais convive, o lugar onde mora.

Falar com um bebê e com uma criança sobre o que aconteceu com ela, sobre seu presente e futuro, é fundamental para criar um ambiente de segurança afetiva e cuidado e possibilitar que sua história ganhe sentidos e significados. Não há nada mais desorganizador para uma criança do que a insegurança de não saber sobre seu futuro. É importante que os adultos conversem e acompanhem as crianças nesse processo de elaboração da história e na montagem de sua narrativa:

Acreditar que a criança e mesmo o bebê, não sabe nem deve saber nada sobre sua história é mais que um engano, um erro. Os bebês percebem muitas coisas ainda que não compreendam o significado das palavras. (Catão, 2008, p.38)

Vejamos um exemplo:

Luís era um pequeno bebê que chegou ao serviço de acolhimento com poucos dias de vida e logo encantou a todos. Porém, rapidamente começaram as dúvidas tão comuns quando estamos conhecendo uma nova criança que é acolhida. A história anterior foi sendo resgatada e outras histórias foram sendo construídas junto às crianças e educadores da casa. No entanto, suas cólicas constantes, o choro frequente, a incerteza da equipe quanto a possíveis sintomas de abstinência e o não saber se a família conseguiria se organizar para ficar com ele marcaram uma etapa de indefinições e dúvidas na história desse garoto. Ele passou a expressar sinais de sofrimento e insegurança, precisando da presença de um educador o tempo todo ao seu lado. Uma equipe comprometida e preocupada, que se dedicou a refletir algumas vezes sobre o caso, foi fundamental para determinar um período de adaptação cauteloso e bem cuidado quando ele começou a receber visitas de uma família substituta, bem como realizar conversas constantes com ele sobre suas vivências e o momento atual. A definição de seu futuro, a possibilidade de saber o que aconteceu e o que iria acontecer com ele a partir dali, permitiu fazer o luto da família de origem e construir laços com a nova família. Ter tempo para conhecer seus futuros pais, assim como se despedir daquela equipe que tanto lhe tinha sido importante, favoreceu a construção do vínculo com a nova família e o processo de adoção.

Neste exemplo, fica evidente que as indefinições e incertezas, tanto com relação à sua história quanto em relação aos cuidados diários que ele precisava, geravam angústia que se expressava por choros incessantes. Neste caso, a compreensão só foi possível devido à **implicação da equipe** que se reuniu algumas vezes para discutir o que fazer nesse caso. O suporte que esses encontros davam aos profissionais foi fundamental para que pudessem aguentar os choros do bebê e manter a **disponibilidade emocional** necessária para acompanhá-lo.

Lidar com histórias complexas de abandono, negligência e violência exige um acompanhamento constante da equipe. Muitas vezes o não querer saber das histórias é uma defesa contra o sofrimento que elas causam. Daí o porque dos espaços de **formação, reflexão e supervisão institucional** serem fundamentais.

Uma história...

Nossa equipe estava, há algum tempo, muito angustiada com a história do Felipinho, de seis anos. Durante várias tardes debatemos maneiras de amenizar o sofrimento que ele estava apresentando. Diversas vezes o assistíamos reproduzindo uma mesma cena: colocava sua mochila nas costas e ia perto do portão esperar a chegada de alguém, assim como fazia quando sua mãe dizia que viria buscá-lo no acolhimento e não aparecia. Em outras ocasiões perguntava se a mãe viria ou se ele precisava se arrumar para esperar por ela.

Em meio a essa situação realizamos uma supervisão e surgiu a ideia de contar a história do Felipe de maneira mais lúdica, pensando numa maneira de ajudá-lo a elaborar suas vivências e as ausências de sua mãe. Na hora fiquei pensando como faria isso... Como contar de maneira acessível para uma criança pequena uma história tão triste? Seria possível?

Pensei um pouco e então resolvi encarar a árdua e importante tarefa. Primeiro coloquei outro nome no personagem e fui escrevendo todos os fatos mais importantes de sua vida, de maneira simples e com uma linguagem fácil, para que fosse compreensível para ele. Depois pesquisei imagens que tivessem semelhança com Felipinho, um garoto com mochila nas costas. Montei tudo numa simples apresentação de PowerPoint.

A primeira vez que lhe contei a história estávamos só nós dois. Logo em seguida ele pediu que eu a repetisse e, já na segunda vez, Felipe começou a fazer comparações entre ele e o personagem: "Tia... Ele tem mochila, e eu também tenho!". Fiquei muito feliz com a identificação quase que imediata que ele teve.

Depois, demonstrando muita alegria e empolgação, Felipe quis ler a história para outras crianças e educadores que estavam na casa. Ao término, pediu para guardar com ele a sua historinha, que também foi colada em seu álbum, de forma que ele pudesse ter acesso a ela sempre que quisesse. Os sintomas do garoto foram diminuindo e foi possível começar a falar de sua própria história, ajudando-o a compreender melhor o que estava acontecendo em sua vida.

Após essa experiência surgiram novas situações na casa que foram contadas dessa maneira. Com essa ferramenta, os colaboradores voluntários e educadores passaram a ter mais facilidade para falar sobre coisas difíceis com crianças tão pequenas. Cheguei à conclusão que não existe maneira fácil de falar sobre coisas difíceis, mas existem formas possíveis de conversar sobre o que é importante.” (Michele Pinho Generoso, psicóloga de um serviço de acolhimento)

1.2. O álbum de história: um presente para o bebê

O álbum de história² é uma ferramenta valiosa de trabalho com os bebês, crianças e adolescentes que estão em serviços de acolhimento. Ele tem por objetivo registrar **informações importantes sobre o bebê**: sua história de vida anterior ao acolhimento, sua história durante a permanência na casa, suas conquistas (sentar, andar, primeiro dentinho, etc.), personalidade, gostos, preferências, a maneira como interage com o mundo ao seu redor, a relação com os adultos cuidadores, entre outras.

Como não guardamos em nossa memória consciente aquilo que vivemos nos primeiros anos de vida, o que sabemos sobre este período geralmente foi relatado por alguém próximo a nós. Pais, tios, vizinhos, irmãos mais velhos são aqueles que geralmente nos contam as passagens de nossa infância, com fatos curiosos e engraçados sobre como éramos quando bebês, o que fazíamos, do que gostávamos.

No caso das crianças em situação de acolhimento institucional, os educadores são as pessoas que cuidam delas e que têm melhores condições de contar quem são. No entanto, como o acolhimento é uma medida de caráter provisório, se não há um registro dos fatos vividos antes e durante esse período, partes da história de vida do bebê acabarão se perdendo.

Por mais delicado que seja o tempo de acolhimento e o período que o antecedeu, eles são parte importante da história do bebê, não podendo ser apagados de sua vida. O álbum, enquanto testemunho da história pessoal é um presente para o bebê, que poderá ter acesso a ele sempre que quiser saber mais sobre sua infância.

Embora tenhamos a tendência de querer registrar apenas as conquistas e os bons momentos, enfatizamos a importância de também registrar no álbum as histórias mais difíceis, já que são vivências que marcam os bebês e dizem de momentos delicados pelos quais passaram.

Os álbuns, construídos e mostrados aos bebês ao longo da permanência no serviço de acolhimento, são mais do que um simples relato de fatos. Sua construção representa um momento precioso de **contato do bebê com o educador** e favorece que o profissional sinta-se fortalecido em

² Este álbum faz parte da metodologia de trabalho usada por programas do Instituto Fazendo História.

seu papel e consciente do saber que possui sobre o bebê que está sob seus cuidados. Fazer o álbum da história do bebê é um recurso de trabalho que **favorece o olhar singular no ambiente coletivo**, aproximando bebê e educador, como relata o psicólogo Milton Fiks³:

“(...) a construção do álbum era a oportunidade de aprendermos a registrar a história dos bebês de uma forma diferente. Geralmente fazemos os registros dos fatos da vida dos bebês de forma burocrática, através de relatórios que, embora sejam informativos possuem uma linguagem dura e seca. A linguagem da lei e não a linguagem do afeto. Quando fazemos um registro de algo com intencionalidade, nossa pergunta básica deve ser: quem é o leitor? Para quem estamos escrevendo? Para que serve este documento? Que mensagens ele deve conter? (...). O álbum serve para que no futuro os bebês possam ter referências. Serve para, no caso de serem adotados, que seus futuros pais saibam um pouco sobre a vida pregressa das crianças, seus gostos, seu desenvolvimento, sua história. Para mães e familiares, quando privados da convivência, resgatarem uma parte da sua história. Fazer um álbum, quando não responde apenas a necessidades narcísicas de quem o faz, é um gesto de amor para com o outro. É um investimento de carinho e afeto.”



Uma boa ideia

Uma estratégia que funcionou em um serviço de acolhimento foi deixar disponível uma caixinha com papéis e caneta. Todos os funcionários da casa, quando percebiam algo de interessante sobre um bebê, registravam e colocavam dentro da caixinha. Então, quando o educador de referência ia fazer algum registro no álbum ele verificava se havia algum papel dentro da caixa falando sobre o bebê. Desta maneira, quase nenhuma história se perdia.

³ O acolhimento de Bebês (ALENCAR, 2011, p.43), Disponível em <https://goo.gl/UYqS2V>.



1.3. A família que tem lugar: entre a família real e a ideal

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a família, seja qual for sua configuração, tem deveres e responsabilidades com suas crianças e adolescentes e é vista como **lugar privilegiado** para a garantia de seus direitos. O ECA também preconiza que é dever do poder público amparar a família para que ela possa cuidar de seus filhos, garantindo ações e serviços voltados para prevenção, atenção e inclusão social. Nesse sentido, a retirada da criança e adolescente do convívio familiar deve ser a última alternativa, quando todos os recursos forem esgotados, pois é junto à família que uma criança encontra desde cedo suas **referências** e as **bases de sua identidade**. É no ambiente familiar, ainda, que a criança encontra as bases para se desenvolver e se relacionar, pois nela experimenta suas primeiras relações sociais e aprende os valores daquele grupo e da sociedade.

Assim sendo, o trabalho com famílias nos serviços de acolhimento se configura como um grande desafio: estar disponível para escutar suas dificuldades quanto à dinâmica que levou ao acolhimento; diagnosticar as demandas dessa família para encontrar alternativas de suporte para as suas necessidades; tentar encontrar as possibilidades para o retorno ao convívio familiar; etc.

Quase sempre permeadas de desafios, violências, sofrimento e fragilidades no laço familiar, as histórias destes bebês acabam tocando a todos que o acompanham, podendo, inclusive, refletir no desenrolar de seus processos. Com o intuito de proteger o bebê, não é incomum que a família, que também precisa de cuidados, seja posta de escanteio, muitas vezes como a vilã da história. Não podemos negar que há muitas dificuldades nesse trabalho, especialmente se levarmos em consideração o tempo que os adultos podem levar para conseguir se reorganizar e o tempo que o bebê permanecerá acolhido. Além disso, em alguns casos, pode não haver interesse dos familiares em ficar com a criança, o que também deve ser escutado, mas é preciso cuidado para não entendermos precocemente as dificuldades como desinteresse.

A mãe de Maicon, um bebê de aproximadamente um ano, vai para a visita acompanhada de outros dois filhos, um adolescente e um bebezinho. A equipe do serviço de acolhimento não comprehende como Fernanda, que tem um de seus filhos acolhidos, pôde ter tido mais um bebê! E ainda por cima, as educadoras percebem que Maicon fica incomodado ao ver que seus irmãos estão com a mãe e ele não. A equipe suspeita que essa mãe busca ter benefícios financeiros com os filhos a partir de programas de repasse de renda. Preocupada com o fato dela ter tido mais um filho e um possível descaso em relação a Maicon, pois Fernanda quase não interage com ele durante as visitas, a assistente social do serviço lhe perguntou por que ela teve outro filho. Então, Fernanda respondeu: "Quem sabe se eu provar para o juiz que eu posso cuidar direito dele [do bebê menor], não posso ter Maicon de volta?".

Essa situação nos faz pensar que os motivos que levam uma mãe a ter outros filhos podem ser diversos e que é necessário ouvi-la, inclusive para que a situação não se repita com as outras crianças.

Que **chances** damos a uma família para se reestruturar se só conseguimos enxergá-la como incapaz? É preciso ir além do que se imagina e conhecer de fato a **realidade familiar**. A situação extrema de ter um ou mais filhos afastados do convívio familiar, na grande maioria dos casos, está relacionada com dificuldades em diversos âmbitos da vida que refletem na estrutura familiar. Situações de muita vulnerabilidade, falta de recursos materiais, culturais e a exclusão social podem criar uma condição tão precária material e afetivamente que contribui para a desestruturação familiar. Muitas vezes, nos deparamos com mulheres que romperam seus laços sociais e familiares, de forma que não podem contar com a ajuda de outros parentes. Muitas delas também sofreram algum tipo de abandono em sua trajetória e não dispõem de recursos e referências para oferecerem cuidados aos seus filhos. São **histórias que se repetem**, gerando um ciclo de exclusão social, desamparo, violência e abandono.

Nesse cenário tão desafiador, o serviço de acolhimento deve ser um **lugar de referência para as famílias**, no sentido de que ali encontram pessoas com quem possam dividir suas angústias e dificuldades e também encontrar uma maneira de cuidar de seus filhos ou de abrir mão desse cuidado. É importante ter espaço para que o desejo de não cuidar dos filhos possa ser dito, sendo essa uma escolha possível, não se configurando necessariamente como um ato de crueldade ou desamor.

É função dos profissionais de um serviço de acolhimento – e um grande desafio – escutar as famílias em suas dificuldades e construir junto a elas **caminhos possíveis**. É verdade que esse não é um trabalho apenas para o serviço de acolhimento, mas de uma **rede de serviços** na saúde e assistência social, por exemplo, que possam oferecer cuidados e auxílio para as famílias.

1.4. Visitas familiares

As visitas familiares são uma forma de **manter ou favorecer o vínculo** entre um bebê e sua **família de origem** quando separados por medida protetiva de acolhimento institucional⁴. Elas acontecem através da ida dos familiares ao serviço de acolhimento e, em alguns casos, dos bebês aos lares de suas famílias. Há situações, contudo, em que as visitas familiares não acontecem – por impedimento legal (interdição judicial ou destituição do poder familiar) ou pelas dificuldades inerentes ao contexto familiar (em geral, as mesmas que levaram ao afastamento do bebê de sua família). Nos casos dos bebês que foram separados de suas mães na maternidade, oferecer esse

⁴ A preservação dos vínculos familiares e a promoção da reintegração familiar são direitos assegurados pelo ECA em seu artigo 92.



espaço de convivência, quando possível, é ainda mais importante para que o vínculo não se rompa de forma definitiva:

"Todos os esforços devem ser empreendidos para preservar e fortalecer vínculos familiares e comunitários das crianças e dos adolescentes atendidos em serviços de acolhimento. Esses vínculos são fundamentais, nessa etapa do desenvolvimento humano, para oferecer-lhes condições para um desenvolvimento saudável, que favoreça a formação de sua identidade e sua constituição como sujeito e cidadão. Nesse sentido, é importante que esse fortalecimento ocorra nas ações cotidianas dos serviços de acolhimento – visitas e encontros com as famílias e com as pessoas de referências da comunidade da criança e do adolescente, por exemplo." (CONANDA; CNAS, 2008. p.20)

O contato com a mãe, o pai, uma avó ou uma tia são momentos privilegiados de **troca de informações**, nos quais os educadores podem reunir dados valiosos sobre a gravidez, o parto, a escolha do nome, quem são os familiares do bebê, qual a história de sua família, saber do desejo de uma mãe e/ou pai sobre aquela criança, etc. Dessa forma, os educadores e equipe podem saber mais acerca daquele bebê, qual a sua origem e sua história, o que certamente facilitará o trabalho com ele, na medida em que passarão a conhecê-lo melhor.

Incluir os familiares em determinados momentos da rotina da casa pode ser uma boa alternativa para oferecer espaços de convivência familiar, como convidar para o café da tarde e, se a família tiver condições, pedir que ela prepare ou traga algo que a criança goste de comer; convidar para as festas e datas comemorativas; deixar que a mãe dê banho em seu bebê e lhe dê mamadeira; acompanhe em passeios ou consultas; possa saber sobre seu cotidiano na casa. Quando possível, pode-se pensar em idas da criança para a casa da família, onde passem um final de semana ou feriado juntos. Dessa forma, além de propiciar a convivência entre os membros da família, possibilitamos que a mãe, ou quem quer que faça as visitas, participe da vida da criança e se ocupe de seus cuidados, favorecendo o fortalecimento do vínculo e preparando para a reintegração familiar.

Quando esgotadas todas as possibilidades de reintegração familiar e o bebê for encaminhado para adoção, o serviço de acolhimento deve promover a aproximação gradual entre a criança e a **família substituta**. Aqui também são importantes os momentos de visitas, durante os quais a criança e sua futura família poderão se conhecer e acostumar-se, gradativamente, uns com os outros, facilitando a formação dos vínculos e aumentando a chance de uma boa adaptação na nova casa.

2. O Acolhimento Familiar



Previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente como uma das modalidades de serviço de acolhimento, Acolhimento Familiar consiste em acolher bebês, crianças e adolescentes em casas de famílias, que são selecionadas, formadas e acompanhadas para exercer este cuidado excepcional e provisório. Acolhimento familiar não é adoção e nem caminho para adotar uma criança. Como no acolhimento institucional, o serviço de Famílias Acolhedoras conta com uma equipe técnica, que trabalha com as famílias de origem visando à reintegração familiar, ou quando não for possível, encaminhamento para uma família substituta.

O Acolhimento Familiar garante à criança vínculos afetivos e individualizados e é tida, no Estatuto da Criança e Adolescente, como prioritária ao acolhimento institucional. Há ainda em tramitação no Congresso, alterações sugeridas ao Estatuto, que sugerem a prioridade do acolhimento familiar para a primeira infância.

Esta mudança sugerida, vai de encontro ao movimento de não institucionalização de bebês, baseados nas pesquisas e estudos que comprovam ser, a Primeira Infância, a fase de maior importância do desenvolvimento cerebral e de diversas habilidades, como vimos neste curso.

Movimento liderado pela Unicef, a Campanha “**Fale por mim**” luta pelo fim da institucionalização de bebês na América Latina e no Caribe. Uma das pesquisas mais importantes dessa área, realizada na Romênia pelos Drs. Charles Nelson e Nathan Fox, chegou à conclusão de que para cada ano institucionalizado, os bebês perdem 4 meses de seu desenvolvimento, em diversas habilidades. Segue abaixo uma pequena descrição sobre a pesquisa:

Bucarest Project - Projeto de Intervenção Precoce (2009)



Pesquisa realizada na Romênia compara o desenvolvimento entre crianças vivendo em instituições com crianças não institucionalizadas

Participaram da pesquisa 208 crianças com idade média de 22 meses

3 amostras: crianças que viviam em grandes instituições, em instituições menores (casas) e em famílias acolhedoras

Crianças que viviam em grandes instituições sofriam um atraso no desenvolvimento motor equivalente a 1/3 do que é esperado para sua idade (para cada ano institucionalizada a criança perde o equivalente a 4 meses do seu desenvolvimento)

Crianças institucionalizadas estão mais propensas a ter prejuízos na socialização e no desenvolvimento emocional, transtornos comportamentais, transtorno de hiperatividade e comportamento semelhante ao Transtorno do Espectro Autista

Nas crianças com vivência institucional foram apontados níveis de QI significativamente mais baixos e atividade cerebral reduzida

Foram identificados danos maiores no desenvolvimento das crianças que entraram nas instituições em idade precoce

Em alguns países como Austrália e Canadá, existe 100% de acolhimento familiar. No Brasil, temos atualmente 5% de serviços de acolhimento familiar e 95% de acolhimento institucional, realidade que vem se transformando a partir deste movimento constante de estudos e pesquisas sobre o desenvolvimento e melhor acolhimento de bebês, crianças e adolescentes.

Chegamos ao final dos nossos estudos com os textos, que vocês possam fazer uso das informações e conhecimentos adquiridos.

Até a próxima oportunidade!

Para saber mais:

www.fazendohistoria.org.br

www.falepormim.org



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Roberta (coord). **O acolhimento de bebês: práticas e reflexões compartilhadas.** Instituto Fazendo História. São Paulo, 2011
Disponível em: <<http://www.fazendohistoria.org.br/publicacoes/>>. Acesso em 24/03/2017

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente:** Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>

CATÃO, Inês. **Bebês órfãos, abandonados e adotivos:** um outro olhar sobre a questão. No livro O que os bebês provocam nos psicanalistas, Maria Cristina Kupfer e Daniela Teperman (orgs.). São Paulo: Escuta, 2008, p. 38.

CONANDA, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; CNAS, Conselho Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.** Brasília, 2008.

Disponível em: http://www.mp.rs.gov.br/areas/infancia/arquivos/conanda_acolhimento.pdf